

**Secretaria de Estratégia e Projetos
Departamento de Gestão Estratégica**

Metas Nacionais do Poder Judiciário 2026

Glossário e Esclarecimentos

Justiça Eleitoral

**Versão 3
Março/2026**

Controle de Versões

Versão	Data de Publicação	Alterações
Minuta	18/12/2025	
Versão 1	27/01/2026	• Direcionamento da regra geral de processo de conhecimento no Dicionário das Metas 1 e 2 para a página de parametrização do Datajud; • Meta 1: inclusão do trecho “e não enquadrados em julgados1” na descrição da variável <code>susm1</code>; • Meta 4: ○ Exclusão dos assuntos 11480, 11477, 11468, 11469, 11481, 11435, 11431, 11432, 11433, 11434, 11494, 11484, 11486, 11485, 11483, 11490, 11488, 11487, 11489, 11493, 11495, 11492, 11496, 11491, 11454, 11453, 11452, 11439, 11444, 11450, 11448, 11447, 11441, 11445, 11442, 11443, 11449, 11446, 11451, 11513, 11502, 11511, 11514, 11499, 11498, 11515, 11512, 11508, 11522, 11520, 11519, 11524, 11523, 11521, 11518; ○ Inclusão do assunto 15537;
Versão 2	09/02/2026	• Ajuste nos Esclarecimentos e Dicionários das Metas 1 e 2 para sinalizar adequadamente a última atualização da parametrização do Datajud;
Versão 3	18/03/2026	• Inclusão do glossário da Meta 9

Meta 1 de 2026 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, ao final do período, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%.

Fórmula de cálculo

Percentual de cumprimento = $(\sum \text{julgado m1} / (\sum \text{cnm1} + \sum \text{desm1} - \sum \text{susm1})) \times 100$

Observação

- Na última carga da meta, o valor de cada variável do “Dicionário” já contemplará a situação do ano inteiro, diferentemente da metodologia utilizada no Sistema de Metas, em que se calculava a situação mensalmente, e somava-se tudo ao final.

Esclarecimentos

A adoção do DataJud como base de dados das Metas Nacionais do Poder Judiciário introduziu uma nova lógica de extração e apuração dos indicadores. Nesse modelo, após o envio das informações pelos tribunais, cada nova carga de dados para o painel analisa a situação atual dos processos no momento da extração, observados os períodos de referência específicos de cada meta.

Nesse contexto, aplicam-se as seguintes diretrizes:

- a cada nova carga, é identificado o quantitativo de processos que, naquele momento, se enquadram como casos novos, julgados, suspensos, dessobrestados e medidas protetivas de urgência;

- as variáveis disponibilizadas já representam valores consolidados, sendo dispensado o acúmulo mensal que era necessário no antigo Sistema de Metas;
- eventuais retificações nas classificações, movimentações ou atributos processuais são automaticamente refletidas nas cargas subsequentes, garantindo a atualização contínua dos indicadores.

Delimitação da Meta 1 – Processos de Conhecimento

A Meta 1 abrange exclusivamente os processos em fase de conhecimento, sendo considerados aqueles que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

- id_fase processual 1 (conhecimento) e id_tipo_procedimento 1 (conhecimento); e
- id_tipo_procedimento 5 (procedimento investigatório) que receberam as situações Denúncia/queixa recebida (9) ou Classe evoluída para ação penal (81) ou Liquidação/execução cancelada por nulidade (137) ou Ato Infracional Iniciado (159); e
- Id_tipo_procedimento 7 (procedimento investigatório) que receberam as situações Denúncia/queixa recebida (9) ou Classe evoluída para ação penal (81) ou Liquidação/execução cancelada por nulidade (137) ou Ato Infracional Iniciado (159).

Casos Novos Considerados na Meta

Para fins de apuração da Meta 1, deverão ser contabilizados como casos novos os processos de conhecimento enquadrados nos critérios acima que apresentem a situação Pendente (88), quando iniciada por qualquer dos seguintes eventos:

- Denúncia/queixa recebida (9);
- Distribuído (24);
- Recebido pelo Tribunal (61);
- Fase processual iniciada (65);
- Classe evoluída para ação penal (81);
- Ato infracional iniciado (159);
- Classe evoluída para ato infracional (160).

Assuntos Processuais (TPU)

Para esta meta, não há delimitação ou restrição quanto aos assuntos (TPU), sendo considerados todos os assuntos associados aos processos enquadrados nos critérios acima.

Critério de Julgamento

Serão considerados como julgados os processos cuja primeira ocorrência, no período de apuração, corresponda a um dos seguintes eventos:

- Primeira sentença (primeirasentm1);
- Procedimento resolvido (decm1);
- Baixa (baixm1);
- Decisão em medidas protetivas de urgência (mpum1).

Dicionário

Regra geral: Serão considerados apenas processos de conhecimento. Para a parametrização de processo de conhecimento, consultar a publicada na página do [Datajud](#).

Variável	Nome	Situação	Nome da situação	Descrição dos indicadores
cnm1	Casos Novos Meta 1	88 iniciada por: (9), (24), (61), (65), (81), (159) e (160).	Pendente (88), Denúncia/queixa recebida (9), Distribuído (24), Recebido pelo Tribunal (61), Fase processual iniciada (65), Classe evoluída para ação penal (81), Ato infracional iniciado (159) e Classe Evoluída para ato infracional (160).	A soma dos processos em fase de conhecimento cuja data de início da primeira situação Pendente (88) no banco ocorre no mês em questão, desde que a situação Pendente (88) tenha sido iniciada pelas situações: Denúncia/queixa recebida (9), Distribuído (24), Recebido pelo Tribunal (61), Fase processual iniciada (65), Classe evoluída para ação penal (81), Ato infracional iniciado (159) e Classe Evoluída para ato infracional (160). A situação 88 para o Segundo Grau (G2) ou Tribunal Superior (SUP), considera cada recurso, para os demais é contada sem duplicidade.
primeirasentm1	Primeira Sentença Meta 1	Todas as situações contidas nas hierarquias das situações 62, 27 e 28, exceto a situação Pronunciado (72).	Julgamento (62), Julgamento com resolução de mérito (27), Decretada a falência (18), Julgamento homologatório proferido (29), Concedida a recuperação judicial (90) Transação penal cumprida (129) e Julgamento sem resolução de mérito (28).	A soma de ocorrências, em processos em fase de conhecimento, de todas as situações contidas nas hierarquias das situações Julgamento (62), Julgamento com resolução de mérito (27) e Julgamento sem resolução de mérito (28), exceto a situação Pronunciado (72), cuja data de início da situação seja no mês analisado. Será considerada apenas a primeira ocorrência no processo de conhecimento.
baixm1	Baixa Meta 1	2, 10, 23 e 41 abertas ou situação 88 finalizada, desde que finalizada pelas situações 26, 65, 91 e 132.	Arquivado definitivamente (2), Baixado definitivamente (10), Distribuição cancelada (23), Remetido (41), Pendente (88), Execução não criminal (26), Fase processual iniciada (65), Liquidação Iniciada (91) e Remetido em grau de recurso (132).	A soma dos processos, em fase de conhecimento, com as situações Arquivado definitivamente (2), Baixado definitivamente (10), Distribuição cancelada (23) ou Remetido (41) abertas no mês de referência, mais a soma dos processos com a situação Pendente (88) finalizada pelas situações Execução não criminal (26), Liquidação Iniciada (91), Fase processual iniciada (65) e Remetido em grau de recurso (132) no mês de referência. Para o Segundo Grau (G2) ou Tribunal Superior (SUP), considera a baixa para cada recurso, para os demais, leva em consideração a primeira baixa em cada fase do processo, sem duplicidade.
decm1	Procedimento Resolvido Meta 1	Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140)	Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140)	A soma de ocorrências da situação Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140) no processo, cuja data de início da situação seja no mês analisado. Será considerada apenas a primeira ocorrência no processo.
julgadom1	Julgados Meta 1	Mesmas situações das variáveis primeirasentm1, baixm1 e decm1	Mesmas situações das variáveis primeirasentm1, baixm1 e decm1	Processos enquadrados em alguma das variáveis primeirasentm1, baixm1 ou decm1. Será considerada apenas a primeira ocorrência no processo.

susm1	Suspensos Meta 1	88 e 25.	Pendente (88) e Pendente líquido (25).	A soma dos processos enquadrados nos indicadores "cnm1" ou " desm1" e não enquadrados em julgadom1 com a situação Pendente (88) em aberto, onde a situação Pendente líquido (25) esteja fechada no período de apuração. A situação Pendente (88) é contada sem duplicidade. É considerada a última data de ocorrência da suspensão.
desm1	Dessobrestados Meta 1	88 e 25.	Pendente (88) e Pendente líquido (25).	Processos de conhecimento pendentes de julgamento que estavam com a situação Pendente (88) em aberto e a situação Pendente Líquido (25) fechada e que, no mês em questão, abriram a situação Pendente líquido (25).

Observações:

- Os processos das classes 12193 e 12377 distribuídos em 2025 e não julgados em 2025 serão contabilizados como casos novos na Meta 1 em 2026;
- Os processos das classes 12193 e 12377 distribuídos em 2026 e não julgados em 2026 não serão considerados casos novos na Meta 1 de 2026.

Meta 2 de 2026 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2026, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2024 e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2020) ou mais.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos períodos de referência.

Fórmula de cálculo

- a) $\text{Cumprimento} = (\sum \text{julgado}_{m2_a} / (\sum \text{dis}_{m2_a} - \sum \text{sus}_{m2_a})) * (1000/7)$
- b) $\text{Cumprimento antigos} = (\sum \text{julgado}_{m2_ant} / (\sum \text{dis}_{m2_ant} - \sum \text{sus}_{m2_ant} - \sum \text{des}_{m2_ant})) * 100$

Esclarecimentos

A utilização do Datajud para os dados das Metas Nacionais do Poder Judiciário trouxe uma nova lógica de extração: após o envio dos dados pelos tribunais, quando da realização de nova carga de dados para o painel, a situação dos processos é analisada naquele momento, respeitando os períodos de referência de cada meta. Nesse modelo, temos o seguinte:

- A cada nova carga, identifica-se quantos processos se enquadram como casos novos, julgados, suspensos ou dessobrestados e medidas protetivas de urgência;
- As variáveis já refletem valores consolidados, dispensando o acúmulo mensal que era necessário no antigo Sistema de Metas;
- Retificações feitas nas classificações e movimentações dos processos são consideradas automaticamente em cada nova carga; e
- No passivo já estarão incluídos os processos que voltaram a tramitar, pois naquele momento da carga, eles deixaram de ser suspenso/sobrestado e passaram a atender os critérios de novo caso.

A Meta Nacional 2 abarca os processos de conhecimento. Estão assim enquadrados na meta os processos das classes em:

- id_fase processual 1 (conhecimento) e id_tipo_procedimento 1 (conhecimento);

- id_tipo_procedimento 5 (procedimento investigatório) que receberam as situações Denúncia/queixa recebida (9) ou Classe evoluída para ação penal (81) ou Liquidação/execução cancelada por nulidade (137) ou Ato Infracional Iniciado (159); e
- id_tipo_procedimento 7 (outros) que receberam as situações Denúncia/queixa recebida (9) ou Classe evoluída para ação penal (81) ou Liquidação/execução cancelada por nulidade (137) ou Ato Infracional Iniciado (159)

Então, para os processos considerados na meta deve-se contabilizar os processos de conhecimento, listados acima, sob as situações de casos novos: Pendente (88) iniciada por Denúncia/queixa recebida (9), Distribuído (24), Recebido pelo Tribunal (61), Fase processual iniciada (65), Classe evoluída para ação penal (81), Ato infracional iniciado (159) e Classe evoluída para ato infracional (160).

Assuntos Processuais (TPU)

Para os Assuntos (TPU), não há definição ou delimitação a determinados assuntos para esta meta.

Critério de Julgamento

Serão considerados como julgados a primeira ocorrência e o que ocorrer primeiro do seguinte:

- Primeira sentença (primeirasentm2_k);
- Procedimento resolvido (decm2_k);
- Baixa (baixm2_k) ; e
- Decisão em medidas protetivas de urgência (mpum2_k).

Aba Downloads

Para verificar os processos que estão pendentes em cada meta, deve-se filtrar os processos com dismx_k = 1 e susmx_k = 0 (ou vazio) e julgadomx_k = 0 (ou vazio).

Dicionário

Regra geral: Serão considerados apenas processos de conhecimento. Para a parametrização de processo de conhecimento, consultar a publicada na página do Datajud .				
Variável	Nome	Situação	Nome da situação	Descrição dos indicadores
dism2_k	Distribuídos Meta 2	88 iniciada por: (9), (24), (61), (65), (81), (159) e (160).	Pendente (88), Denúncia/queixa recebida (9), Distribuído (24), Recebido pelo Tribunal (61), Fase processual iniciada (65), Classe evoluída para ação penal (81), Ato infracional iniciado (159) e Classe Evoluída para ato infracional (160).	A soma dos processos do período k cuja data de início da primeira situação Pendente (88) na fase de conhecimento no banco ocorra antes do período E não tenha ocorrido nenhuma situação indicada na variável "julgadm2_k" até o período, desde que a situação pendente (88) tenha sido iniciada pelas situações: Denúncia/queixa recebida (9), Distribuído (24), Recebido pelo Tribunal (61), Fase processual iniciada (65), Classe evoluída para ação penal (81), Ato infracional iniciado (159) e Classe evoluída para ato infracional (160). A situação 88 é contada sem duplicidade na fase de conhecimento (cada processo é contabilizado apenas uma vez).
primeirasentm2_k	Primeira Sentença Meta 2	Todas as situações contidas nas hierarquias das situações 62, 27 e 28, exceto a situação Pronunciado (72).	Julgamento (62), Julgamento com resolução de mérito (27), Decretada a falência (18), Julgamento homologatório proferido (29), Concedida a recuperação judicial (90) Transação penal cumprida (129) e Julgamento sem resolução de mérito (28).	A soma de processos do período k da fase de conhecimento das situações contidas nas hierarquias das situações: Julgamento com resolução de mérito (62), Julgamento sem resolução de mérito (27), Julgamento sem resolução de mérito (28), Decretada a falência (18), Julgamento homologatório proferido (29), Concedida a recuperação judicial (90) e Transação penal cumprida (129), com exceção da situação 72, abertas no mês de referência, o que ocorrer primeiro, cuja data de início da situação seja a partir do período.
dec2m2_k	Procedimento Resolvido Meta 2	Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140)	Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140)	A soma de processos do período k da fase de conhecimento da situação Procedimento incidental ou cautelar resolvido (140) no processo, cuja data de início da situação seja no mês analisado. Será considerada apenas a primeira ocorrência no processo.
baixm2_k	Baixa Meta 2	2, 10, 23 e 41 abertas ou situação 88 finalizada, desde que finalizada pelas situações 26, 65, 91 e 132.	Arquivado definitivamente (2), Baixado definitivamente (10), Distribuição cancelada (23), Remetido (41), Pendente (88), Execução não criminal (26), Fase processual iniciada (65), Redistribuído para outro Tribunal (154), Liquidação Iniciada (91) e Remetido em grau de recurso (132).	A soma dos processos do período k, em fase de conhecimento, com as situações Arquivado definitivamente (2), Baixado definitivamente (10), Distribuição cancelada (23) ou Remetido (41) abertas no mês de referência, mais a soma dos processos com a situação Pendente (88) finalizada pelas situações Execução não criminal (26), Liquidação Iniciada (91), Fase processual iniciada (65) e Remetido em grau de recurso (132) no mês de referência. Para o Segundo Grau (G2) ou Tribunal Superior (SUP), considera a baixa para cada recurso, para os demais, leva em consideração a primeira baixa em cada fase do processo, sem duplicidade.

judgom2_k	Julgados Meta 2	Mesmas situações das variáveis primeirasentm2_k, baixm2_k e decm2_k	Mesmas situações das variáveis primeirasentm2_k, baixm2_k e decm2_k	Processos enquadrados em alguma das variáveis primeirasentm2_k, baixm2_k ou decm2_k. Será considerada apenas a primeira ocorrência no processo.
susm2_k	Suspensos Meta 2	88 e 25.	Pendente (88) e Pendente líquido (25).	A soma dos processos do período enquadrados na variável "dis_k" E não enquadrados na variável "julgados_k" com a situação Pendente (88) em aberto, onde a situação Pendente líquido (25) esteja fechada no ano de 2025. A situação Pendente (88) é contada sem duplicidade.
desm2_ant	Dessobrestados Meta 2 antigos	88 e 25.	Pendente (88) e Pendente líquido (25).	A soma dos processos enquadrados na variável "dism2_ant" E não enquadrados na variável "judgom2_ant" que estavam com a situação Pendente (88) em aberto e a situação Pendente Líquido (25) fechada e que, no mês em questão, abriram a situação Pendente líquido (25).

Onde:

- k = a para o período até 2024; e
- k = ant* para os processos mais antigos.

*Observações para o período dos processos mais antigos:

- Serão considerados apenas os processos pendentes de julgamento, ou seja, os julgados de anos anteriores não entram como produtividade;
- Os processos pendentes de julgamento que forem suspensos durante o ano de 2026 serão desconsiderados do cálculo da meta;
- Os processos pendentes de julgamento que forem dessobrestados durante o ano de 2026 não serão considerados no cálculo da meta, exceto aqueles que forem julgados em 2026.

Meta 4 de 2026 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar, até 31/12/2026, 70% dos processos referentes às eleições de 2024 e 100% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2025, que possam importar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%.

Fórmula de cálculo

- Percentual de cumprimento Eleições 2022 = $(\sum \text{julgadom4_a} / (\sum \text{dism4_a} - \sum \text{susm4_a})) * (1000/10)$
- Percentual de cumprimento Eleições 2024 = $(\sum \text{julgadom4_b} / (\sum \text{dism4_b} - \sum \text{susm4_b})) * (1000/7)$

Classes e assuntos

As classes consideradas para a meta são as de Procedimento de Conhecimento com os seguintes filtros de assuntos.

Classes: 11528, 11526, 11527, 12627, 12630, 14209, 11548, 1346, 12627, 11533

Assuntos:

11470, 12634, 15020, 11479, 11473, 14221, 11472, 11478, 11476, 11471, 11474, 11475, 11436, 15143, 11466, 11455, 11438, 11440, 11464, 11465, 11504, 11501, 11510, 11505, 11506, 11500, 11509, 11503, 15399, 11507, 11522, 11596, 12395, 11598, 11599, 12396, 12393, 11604, 12392, 11605, 11607, 11700, 10803, 11718, 11719, 11720, 12597, 11721, 12062, 12063, 11722, 11723, 15537

Observação: os tribunais devem enviar o arquivo de dados para o Datajud com o campo 'ano da eleição' preenchido para que os processos sejam consultados. O ano registrado nesse campo que será avaliado para identificação da eleição.

Dicionário

Variáveis possuem as mesmas regras processuais descritos no dicionário da Meta 2 com os filtros de classes e assuntos descritos.

Meta 9 de 2026 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Desenvolver, no ano de 2026, no mínimo um projeto inovador, com foco na melhoria das atividades finalísticas (serviços judiciais ou eleitorais) ou com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionado(s) a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir de Laboratório de Inovação em parceria com outra instituição pública.

Critérios de cumprimento

A meta estará cumprida quando o tribunal tiver percorrido os quatro primeiros passos do **ciclo de inovação** definido no Plano Nacional de Inovação (Anexo II da Portaria 379/2024), atendendo aos requisitos e critérios mínimos de qualidade descritos nos Esclarecimentos, e observando os prazos a seguir:

1. Até 31/05/2026:

- Cadastrar o(s) projeto(s) na plataforma RenovaJud;
- Cadastrar o parceiro;
- Informar se o objeto do projeto é relacionado a serviços judiciais (atividade finalística) ou a melhoria organizacional (processos internos);
- Informar o Macrodesafio da Estratégia Nacional selecionado, identificando a oportunidade ou desafio que requer uma abordagem de inovação.

2. Até 31/08/2026:

- Atualizar o cadastro na plataforma RenovaJud para demonstrar a efetiva aplicação pelo Laboratório de Inovação de abordagem metodológica voltada ao estímulo da criatividade, cocriação e experimentação, bem como a inovação contida na proposta de solução.

3. Até 31/10/2026:

- Atualizar o cadastro na plataforma Renovajud para inserir a proposta de projeto, que deve conter no mínimo, para eventual implementação, a indicação das áreas envolvidas, análise de custos, cronograma de implementação e designação do gerente do projeto.

Referencial normativo

A **Resolução CNJ 395/2021** instituiu a Política Nacional de Gestão da Inovação, determinando a instituição de Laboratórios de Inovação e esclarecendo que:

Art. 5º A gestão da inovação tem caráter estratégico e deve tornar o ambiente de atuação do Poder Judiciário propício para a concepção de ideias inovadoras, seu desenvolvimento e materialização,

assim como para a sua oferta à sociedade, na forma de produto, processo, serviço, modelo de negócio ou tecnologia.

Art. 5º-A A gestão da inovação será orientada pelos eixos, dimensões e objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Inovação do Poder Judiciário.

O Plano Nacional de Inovação foi regulamentado pela **Portaria 379/2024**, para subsidiar a implementação da Política Nacional de Gestão da Inovação e fortalecer a cultura da inovação nos órgãos do Poder Judiciário, especialmente a partir da facilitação metodológica dos Laboratórios de Inovação para o desenvolvimento de soluções inovadoras e da observância dos seguintes requisitos (art.14, parágrafo único):

I – aplicar o ciclo de inovação e utilizar metodologias voltadas à resolução colaborativa de problemas;

II – construir soluções centradas nas necessidades dos usuários, por meio da participação dos atores envolvidos no problema ou na proposta de solução, incluindo magistrados(as), servidores(as) e atores externos quando necessário; e

III – observar os demais princípios de gestão da inovação relacionados no [art. 3º da Resolução CNJ nº 395/2021](#).

Esclarecimentos

A Meta 9 tem o objetivo de promover o apoio da Alta Administração dos órgãos judiciários à atuação dos laboratórios de inovação, para fomentar a geração, materialização e implementação de ideias voltadas à solução de problemas complexos. Para o ano de 2026, priorizam-se os desafios e oportunidades de inovação relacionados aos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a fim de atingir resultados positivos na execução da estratégia. A título meramente exemplificativo, sugere-se a leitura da publicação do CNJ “Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026” (<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/07/monitoramento-da-estrategia-nacional-do-poder-judiciario-2025.pdf>).

Parcerias: O cadastro na plataforma RenovaJud será realizado por um dos parceiros, cabendo aos demais verificar a correção dos dados cadastrados. Caso o tribunal indique mais de um projeto para a Meta 9, será avaliado unicamente o mais recente, sendo os demais desconsiderados, independentemente do resultado da avaliação. Caberá aos órgãos parceiros a indicação de representantes das áreas de negócio relacionadas ao projeto para participar do processo.

Em nenhum caso a parceria poderá se limitar à implementação de projeto desenvolvido pelo parceiro, ainda que com alterações.

Processo: O cadastro na plataforma RenovaJud deverá explicitar as atividades que foram realizadas nos Laboratórios de Inovação, incluindo métodos, técnicas e ferramentas aplicados, não sendo suficiente a mera menção; identificar os atores participantes de cada atividade (unidades/setores dos órgãos parceiros e, quando houver, atores externos como usuários, advogados, especialistas, acadêmicos etc) e respectivas datas de realização. Recomenda-se, se possível, que sejam anexados ou referenciados os materiais de pesquisa eventualmente utilizados, constantes das bases do Judiciário, de fontes públicas ou privadas com acesso público, bem como instrumentos de pesquisa desenvolvidos e aplicados durante o processo.

Projeto: A formalização do projeto pode observar os instrumentos previstos na metodologia de gerenciamento de projetos do tribunal, de um dos parceiros, ou utilizar um modelo desenvolvido especificamente para a parceria, podendo conter outros elementos além dos mínimos exigidos, e deverá ser chancelada pela autoridade competente.

A *título meramente orientativo*, nos meses de junho e setembro de 2026 serão realizadas análises parciais, com base nos dados extraídos da RenovaJud em 01/06/2026 e 01/09/2026, as quais serão comunicadas aos interessados para que possam complementar as informações sobre os projetos cadastrados, se necessário, até 31/10/2026, diretamente na plataforma RenovaJud. Não serão consideradas informações enviadas por email ou outro canal. Não será aceita a alteração dos projetos cadastrados, apenas complementação de informações necessárias à avaliação. Essa pré-análise não vincula a avaliação final dos projetos e não é sujeita a qualquer tipo de recurso. A avaliação será realizada com base nos dados extraídos da plataforma RenovaJud em 01/11/2026, observado o cumprimento dos prazos previstos nas etapas 1, 2 e 3.

Todos os prazos são apenas finais, e não iniciais, ou seja, não é necessário aguardar o final do prazo previsto para a comprovação de um critério para proceder à comprovação dos demais, caso o tribunal já os tenha cumprido.

Casos omissos serão avaliados pelo Comitê Nacional Gestor da Inovação no Poder Judiciário.

Dicionário da meta

Para fins de avaliação do cumprimento da meta, as definições constantes do ou relacionadas ao enunciado são as seguintes:

Laboratórios de inovação: são espaços voltados à construção de soluções mediante métodos inovadores, ágeis e práticas colaborativas, que envolvem pesquisa, exploração, ideação, realização de pilotos, prototipagem e testes estruturados, para problemas ou necessidades relacionadas às atividades do Poder Judiciário (Resolução 395/2021).

Ciclo de Inovação: ferramenta analítica que compreende as sete etapas do processo de inovação: 1) identificação de oportunidades e desafios; 2) geração de ideias; 3) desenvolvimento e teste; 4) prototipação de uma proposta; 5) entrega e implementação; 6) crescimento e disseminação; 7) mudanças sistêmicas.

(MULGAN, G. *Innovation in the public sector: how can public organisations better create, improve and adapt?* London: Nesta, 2014. Available at: https://media.nesta.org.uk/documents/innovation_in_the_public_sector_how_can_public_organisations_better_create_improve_and_adapt_0.pdf. Accessed: 10 May 2021).

Projetos de inovação: projetos oriundos dos laboratórios de inovação, com observância do ciclo de inovação, com o objetivo de criar alternativas de solução inovadoras para problemas complexos.

Inovação: considera-se inovação a implementação de ideias que **criam** uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja **por meio** de novos produtos, serviços, processos de

trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar **problemas complexos** encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas. (art. 2º da Resolução 395/2021); Uma inovação é um produto (bem ou serviço) ou processo novo ou aprimorado (ou combinação deles) que difere significativamente dos produtos ou processos anteriores da unidade e que foi disponibilizado para usuários potenciais (produto) ou colocado em uso pela unidade (processo). (Manual de Oslo 2018). Obs: a meta 9 visa fortalecer as capacidades e competências dos órgãos judiciários para inovar de forma contínua e sistemática, razão pela qual não se exige para a pontuação que o projeto inovador já tenha sido implementado, priorizando a qualidade do processo de inovação.

Problemas complexos: Termo cunhado por Rittel e Webber (1973) originalmente como “wicked problems”, também traduzido como “problemas perversos” ou “problemas capciosos”, para referir-se a problemas de difícil definição, contextuais, interdependentes, que envolvem múltiplas partes interessadas, em cenários de incerteza e ambiguidade. Segundo Tim Brown (2009), que não podem ser resolvidos apenas com a lógica linear ou análises de dados frias; exigem empatia, criatividade, experimentação e uma compreensão profunda do contexto humano para chegar a soluções inovadoras e eficazes.